

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 920.341 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO  
RECTE.(S) : OTTO ZOUNAR  
ADV.(A/S) : MARCO TÚLIO VICHINSKI ROCHA  
RECDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS  
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL

**DECISÃO:** O presente agravo insurge-se contra a aplicação, *ao caso concreto, de precedente* firmado pelo Plenário desta Suprema Corte, submetido a disciplina do art. 543-B do CPC (*repercussão geral*).

*Sendo esse o contexto, passo* a apreciar, *em caráter preliminar*, a admissibilidade deste recurso de agravo.

*E, ao fazê-lo, devo observar, desde logo, segundo* orientação firmada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, **que a decisão** da Presidência de Tribunal de jurisdição inferior **a propósito** de litígios submetidos à disciplina do art. 543-B do CPC (*repercussão geral*) **mostra-se passível** de recurso *pela via do agravo interno*, **inclusive** naqueles casos **de que tenha resultado**, *p. ex., o reconhecimento da prejudicialidade do recurso extraordinário interposto.*

*Com efeito, o Plenário* desta Suprema Corte, **resolvendo** *questão de ordem* suscitada **no AI 760.358-QO/SE**, Rel. Min. GILMAR MENDES, **firmou** entendimento *no sentido da inadmissibilidade tanto do antigo agravo de instrumento (hoje substituído pelo ARE, nos termos da Lei nº 12.322/2010) quanto, até mesmo, da reclamação naquelas hipóteses em que o Tribunal de origem, dando execução ao que dispõe o § 3º do art. 543-B do CPC, reproduz o julgamento que o Supremo Tribunal Federal proferiu, sobre o mérito da controvérsia, em processo no qual esta Corte reconheceu existente a repercussão geral:*

***“Questão de Ordem. Repercussão Geral.  
Inadmissibilidade de agravo de instrumento ou reclamação da***

decisão que aplica entendimento desta Corte aos processos múltiplos. **Competência do Tribunal de origem. Conversão do agravo de instrumento em agravo regimental.**

**1. Não é cabível** agravo de instrumento da decisão do tribunal de origem que, em cumprimento do disposto no § 3º do art. 543-B, do CPC, aplica decisão de mérito do STF em questão de repercussão geral.

.....  
**4.** Agravo de instrumento que se converte em agravo regimental, a ser decidido pelo tribunal de origem.” (grifei)

**A orientação que venho de referir, inicialmente limitada aos casos em que se reconheceu existente** a repercussão geral do litígio constitucional, **foi estendida** às hipóteses nas quais se declarou ausente a transcendência da controvérsia constitucional, **reafirmando-se**, também em mencionada situação (*inexistência de repercussão geral*), **a inadmissibilidade** do recurso de agravo (**previsto e** disciplinado pela Lei nº 12.322/2010):

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL. REGULARIDADE. **DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. APLICAÇÃO DE PRECEDENTE DESTA CORTE QUE DECLAROU A INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL DA MATÉRIA. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTE.**

1. O recurso de agravo, previsto no artigo 544 do CPC, é inadmissível contra decisão que, nos termos do artigo 543-B do CPC, aplica a sistemática da repercussão geral ao analisar a admissibilidade do recurso extraordinário.

.....  
**3. Agravo regimental DESPROVIDO.”**

(ARE 774.064-AgR/DF, Rel. Min. LUIZ FUX – grifei)

**Vê-se, pois, considerado** o magistério jurisprudencial **firmado** por este Supremo Tribunal Federal, **que se revela incognoscível** o antigo

agravo de instrumento (hoje substituído pelo ARE, nos termos da Lei nº 12.322/2010) ou a própria reclamação contra decisão que, ao aplicar os parágrafos do art. 543-B do CPC, faz incidir, no caso concreto, orientação plenária desta Suprema Corte – não importando, para tal efeito, que se trate de ato decisório que deixa de reconhecer a existência de repercussão geral da controvérsia jurídica (ARE 785.837/DF, Rel. Min. GILMAR MENDES – ARE 855.691/RS, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.) ou que se cuide de julgamento de mérito de matéria cuja repercussão geral tenha sido anteriormente proclamada (ARE 736.723/DF, Rel. Min. GILMAR MENDES – ARE 739.022/MS, Rel. Min. LUIZ FUX) – ou que haja sobrestado o recurso extraordinário (AI 764.273-AgR/RJ, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA), ressalvada, unicamente, a hipótese em que o órgão judiciário, motivadamente, não se retrata, deixando de ajustar a resolução do litígio à decisão desta Corte Suprema, situação que viabilizará, então, excepcionalmente, a regular tramitação do recurso.

Cabe assinalar, por oportuno, ante a inquestionável procedência de suas observações, a seguinte passagem da decisão proferida pelo eminente Ministro GILMAR MENDES, Relator, por ocasião do julgamento do AI 758.505/RJ:

*“Conforme preceitua o § 2º do art. 543-B do CPC, negada a existência de repercussão geral, os recursos sobrestados considerar-se-ão automaticamente inadmitidos.*

*Isso demonstra que, por força legal, o inevitável destino dos recursos que tratam de matéria idêntica à de paradigma do STF em que não se reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada é a inadmissibilidade.*

*Registre-se que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do AI-QO 760.358, Pleno, Rel. Gilmar Mendes, DJe 3.12.2009, decidiu não caber recurso ao próprio Supremo em face de decisões que aplicam a sistemática da repercussão geral na origem, a menos que haja negativa motivada do juiz em se retratar para seguir a decisão da Suprema Corte. Naquela ocasião, a Corte decidiu devolver os agravos de instrumento aos tribunais de origem e turmas*

*recursais, para que fossem processados como agravos regimentais.”  
(grifei)*

**Impõe-se destacar, por relevante, que essa orientação tem sido observada em sucessivos julgamentos, proferidos no âmbito desta Corte, a propósito de questão processual idêntica à que ora se examina (AI 782.006/RS, Rel. Min. GILMAR MENDES – AI 785.837/SP, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI – Rcl 9.117/SP, Rel. Min. AYRES BRITTO – Rcl 9.230/DF, Rel. Min. CEZAR PELUSO – Rcl 9.676/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO – Rcl 9.744/DF, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, v.g.):**

*“1. O Plenário desta Corte firmou o entendimento de que não cabe recurso ou reclamação ao Supremo Tribunal Federal para rever decisão do Tribunal de origem que aplica a sistemática da repercussão geral, a menos que haja negativa motivada do juiz em se retratar para seguir a decisão da Suprema Corte. Precedentes.*

*2. Agravo regimental a que se nega provimento.”*

*(Rcl 15.165-AgR/MT, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI – grifei)*

**“AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. DESCABIMENTO DE RECLAMAÇÃO CONTRA DECISÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE APLICA A SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.**

**1. A jurisprudência deste Tribunal firmou o entendimento de que não cabe recurso ou reclamação ao Supremo Tribunal Federal para rever decisão do Tribunal de origem que aplica a sistemática da repercussão geral, a menos que haja negativa motivada do juiz em se retratar para seguir a decisão da Suprema Corte. (Rcl 15.165 AgR, Relator. Min. Teori Zavaski, Tribunal Pleno, julgado em 20/03/2013, publicado em 26/08/2013).**

**2. ‘In casu’, a agravante alega que o Superior Tribunal de Justiça usurpou a competência do Supremo Tribunal Federal, uma vez que, ao indeferir liminarmente o Recurso Extraordinário, teria aplicado precedente de repercussão geral equivocado.**

ARE 920341 / RS

*3. Agravo Regimental a que se nega provimento.”*  
(Rcl 13.024-AgR/DF, Rel. Min. LUIZ FUX – grifei)

O exame da presente causa evidencia que o recurso de agravo deduzido nestes autos é insuscetível de conhecimento.

Sendo assim, e em face das razões expostas, não conheço do presente recurso de agravo, por manifestamente inadmissível (CPC, art. 544, § 4º, I, primeira parte, na redação dada pela Lei nº 12.322/2010).

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO  
Relator